

ORIENTAÇÕES DE INVESTIMENTO SUSTENTÁVEL

SETOR AGRÍCOLA

O Bankinter definiu no seu Quadro de Controlo e Gestão de Riscos alguns princípios de sustentabilidade do investimento, nos quais refere o financiamento em setores particularmente controversos ou de risco, cujo impacto, tanto social como ambiental, pode ser significativo. Para isso, elaborou as "Orientações de investimento sustentável", que lhe permitem estabelecer as medidas e referências que o Banco segue na sua tomada de decisões, tendo sempre em conta, e quando seja possível, as melhores práticas e standards internacionais.

Estas orientações são o reflexo do compromisso do Bankinter com o desenvolvimento sustentável e a importância que o Banco dá ao seguimento das boas práticas pelos seus clientes. O objetivo final desta política é garantir uma transição para as melhores práticas sociais, económicas e ambientais nos países e comunidades onde estão presentes.

Entre os setores mencionados mais acima, o setor agrícola está identificado como um dos que gera um maior impacto, tanto ambiental como económico e social. O Bankinter espera que as empresas deste setor cumpram e desenvolvam os seus projetos de acordo com as leis locais existentes, assim como de acordo com as convenções internacionais ratificadas pelos países onde realizam a sua atividade.

Do mesmo modo, o Banco reconhece a importância dos riscos e impactos associados às atividades dentro do setor agrícola, pelo que prestará uma especial atenção:

- Às operações em países (segundo os Princípios do Equador) que não se encontrem dentro de um sólido quadro legislativo em matéria social e ambiental, e que não disponham de uma legislação e capacidade institucional básica para proteger a sua população e o meio natural nos seguintes subsectores: madeira, polpa de celulose e papel, óleo de palma, soja, biocombustíveis e atividades pecuárias.
- Às operações nas quais se aplique uma devida diligência nos produtos obtidos por modificação genética de sementes e plantas, focando-se no acompanhamento, transparência e compromisso das partes interessadas.
- À existência de planos de segurança e saúde para os trabalhadores, incluindo a formação na utilização de agroquímicos.
- À existência de um plano de acompanhamento e redução das emissões de gases de efeito estufa, incluindo o dióxido de carbono (CO₂) e o Metano (CH₄).

bankinter.

Além disso, o Banco avaliará de forma positiva que as empresas tenham obtido a certificação ISO 14001.

No quadro da análise dos riscos descritos mais acima, o Bankinter apoia e adota como referência as iniciativas internacionais que propõem uma maior transparência e controlo do setor, entre as quais se encontram:

- Diretrizes específicas nos setores agroalimentar e de produção de comida da Corporação Financeira Internacional (IFC), entidade do Grupo Banco Mundial.
- As Diretrizes voluntárias sobre a governação responsável da posse de terrenos, da pesca e das florestas no contexto da segurança alimentar nacional.
- O guia da OCDE para cadeias de abastecimento responsável no setor agrícola (FAO-OECD Guidance for Responsible Agricultural Supply Chains).
- A norma mundial para as Boas Práticas Agrícolas da GLOBAL G.A.P.

Segundo os princípios e valores que servem de base ao crescimento do Bankinter, o Banco compromete-se a não prestar os seus serviços financeiros a projetos e atividades do setor agrícola quando existam provas concretas de que são:

- Empresas sobre as quais existam provas de que não respeitam ou apoiam os direitos humanos fundamentais, seguindo a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas.
- Empresas que não respeitem ou apoiem os direitos laborais, no geral e em particular os direitos sobre trabalho infantil, discriminação e trabalho forçado, adotando como princípios as Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT).
- O projeto encontra-se em zonas declaradas de elevado valor ecológico e/ou social segundo os principais organismos internacionais.
- A atividade ou empresa não tem uma política sobre a utilização de pesticidas e fertilizantes em grandes projetos.
- O projeto está relacionado com a extração e venda de espécies nativas de madeira que não dispõem de certificado ecológico emitido por uma entidade independente.

Por último, no caso de projetos relacionados com a produção de óleo de palma, será necessária a certificação da Mesa Redonda sobre Óleo de Palma Sustentável (RSPO). Esta certificação está limitada apenas à produção de óleo de palma e não a produtos finais e processos de fabrico que utilizem óleo de palma.